

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.847 - SP (2018/0331382-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : ANDRE ABOU HAIDAR
ADVOGADOS : ANTÔNIO FRANCISCO JÚLIO II - SP246232
NATALIA KATO - SP392686
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NEI CALDERON E OUTRO(S) - SP114904
MARCELO OLIVEIRA ROCHA - SP113887
FABIANO ZAVANELLA - SP163012
INTERES. : VINICIUS DE CARVALHO HAIDAR
INTERES. : AGRI PLASTIC ITAMIN INDUSTRIA E COMERCIO DE
PLASTICOS LTDA
ADVOGADOS : SIDNEI AGOSTINHO BENETI FILHO - SP147283
PATRÍCIA LAURINDO GERVAIS - SP197897
ANTÔNIO FRANCISCO JÚLIO II - SP246232
MARIANA TORRES DA COSTA RODRIGUES - SP305186

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por ANDRE ABOU HAIDAR em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 828-830, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 709-710, e-STJ):

AÇÃO MONITÓRIA FUNDADA EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO.

DESCABIMENTO DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, UMA VEZ QUE A PESSOA JURÍDICA NÃO FIGUROU COMO DESTINATÁRIA FINAL DA RELAÇÃO DE CONSUMO, TENDO EM VISTA QUE O EMPRÉSTIMO FOI TOMADO COM A FINALIDADE DE INCREMENTAR SUAS ATIVIDADES COMERCIAIS. PRECEDENTES DO STJ.

A PETIÇÃO INICIAL PREENCHEU OS REQUISITOS DA MONITÓRIA, NOS TERMOS DA SÚMULA Nº 247 DO STJ, POIS FOI INSTRUÍDA COM O CONTRATO E O DEMONSTRATIVO DE DÉBITO, QUE INDICA A SUA EVOLUÇÃO DESDE A DISPONIBILIZAÇÃO DO CRÉDITO EM CONTA CORRENTE, ESPECIFICANDO OS VALORES AMORTIZADOS, O IOF E OS DEMAIS ENCARGOS COBRADOS.

PRECLUSÃO DA ALEGAÇÃO DE FALSIDADE DA ASSINATURA DO CONTRATO, UMA VEZ QUE O RÉU-EMBARGANTE QUEDOU-SE INERTE APÓS TER SIDO INTIMADO PARA O

Superior Tribunal de Justiça

DEPÓSITO DOS HONORÁRIOS DO PERITO.

NÃO CONHECIMENTO DE PARTE DO RECURSO, EM RAZÃO DE INOVAÇÃO RECURSAL, QUANTO ÀS ALEGAÇÕES DE NULIDADE DO CONTRATO E DE LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DOS FIADORES ATÉ A DATA DE VENCIMENTO DA DÍVIDA, TENDO EM VISTA QUE NÃO FORAM FORMULADAS NA PETIÇÃO INICIAL.

AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE NOS JUROS REMUNERATORIOS, POIS AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO SE SUBMETEM AO DECRETO Nº 22.626/133 (LEI DA USURA), NOS TERMOS DA SÚMULA Nº 576 DO STF, SEM CONTAR QUE A TAXA PRATICADA PELO RÉU NÃO DESTOA DO PATAMAR MÉDIO COBRADO PELO MERCADO EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA MESMA ESPÉCIE.

MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 15% DO VALOR ATUALIZADO DA CONDENAÇÃO, DIANTE DO TRABALHO ADICIONAL REALIZADO EM GRAU RECURSAL, NOS TERMOS DO ART. 85, § 11, DO CPC.

NÃO CONHECIMENTO DE PARTE DO RECURSO, AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

Opostos embargos de declaração (fls. 724-726, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 728-736, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 739-755, e-STJ), o recorrente aduz:

(i) a violação do art. 700 do CPC/2015, por não terem sido preenchidos os requisitos indispensáveis à ação monitória, ante a inexistência de prova literal que legitime o suposto crédito cobrado pelo recorrido;

(ii) a negativa de vigência ao art. 3º do CDC e à Súmula 297 do STJ, por ser aplicável o CDC às relações bancárias, bem assim porque a empresa contratante do empréstimo bancário figurou como destinatária final da relação de consumo;

(iii) a possibilidade de conhecimento de matéria de ordem pública suscitada pelo recorrente acerca da nulidade do contrato em razão de assinatura falsificada do recorrente;

(iv) a infração ao art. 819 do CC, pois, em se tratando de instituto que comporta interpretação restritiva, é incabível a prorrogação automática da fiança juntamente com a do contrato principal; e

(v) a ocorrência de dissídio jurisprudencial quanto à possibilidade de limitação dos juros remuneratórios, ante o reconhecimento da abusividade da taxa fixada pelo recorrido acima da média de mercado, à época dos fatos.

Contrarrazões às fls. 802-826, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial (fls. 828-830, e-STJ), daí o presente agravo buscando destrancar a insurgência.

Contraminuta às fls. 855-874, e-STJ.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

Presentes os pressupostos para a admissão do agravo, passa-se, de pronto, à análise do recurso especial e, quanto a esse, verifica-se que o inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, com relação aos temas que envolvem a nulidade do contrato por suposta falsidade de assinatura, bem como a limitação dos juros remuneratórios, verifica-se, da análise das razões recursais, que o recorrente não indicou claramente os dispositivos legais que teriam sido violados, o que inviabiliza a compreensão da controvérsia e, por sua vez, caracteriza a deficiência na fundamentação do recurso, atraindo a incidência da Súmula 284 do STF, por analogia.

Com efeito, esta Corte tem orientação no sentido de que não tendo sido feita a indicação **clara e precisa** dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria a divergência jurisprudencial, evidencia-se a deficiência na fundamentação do recurso a atrair o óbice da Súmula 284 do STF.

Nesse sentido, transcreve-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FULCRO NA ALÍNEA "C" DO ART. 105, III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF.
[...]

2. A jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal determina que na interposição do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional é preciso particularizar o dispositivo de lei federal violado para a análise da divergência jurisprudencial entre os acórdãos recorrido e paradigma. A falta deste pressuposto recursal enseja deficiência na fundamentação e inviabiliza do conhecimento do apelo nobre, ante a incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF, in verbis: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

3. "Sem a expressa indicação do dispositivo de lei federal nas razões do recurso especial, a admissão deste pela alínea "c" do permissivo constitucional importará na aplicação, nesta Instância Especial, sem a necessária mitigação, dos princípios jura novit curia e da mihi factum dabo tibi ius, impondo aos em. Ministros deste Eg. Tribunal o ônus de, em primeiro lugar, de ofício, identificarem na petição recursal o dispositivo de lei federal acerca do qual supostamente houve divergência jurisprudencial" (...) "A mitigação do mencionado pressuposto de admissibilidade do recurso especial iria de encontro aos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois criaria para a parte recorrida dificuldades em apresentar suas contrarrazões, na medida em que não lhe seria possível identificar de forma clara, precisa e com a devida antecipação qual a tese insculpida no recurso especial" (AgRg no REsp 1346588/DF, Rel. Ministro ARNALDO

ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2013, DJe 17/03/2014).

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 887.907/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 19/09/2016) [grifou-se]

2. Quanto à apontada infringência ao art. 700 do CPC/2015, no caso em tela, verifica-se que o Tribunal de origem, à luz das particularidades do caso, consignou que os documentos acostados aos autos pela instituição bancária são aptos a comprovar o direito por ele vindicado, denotando a procedência do pedido.

Veja-se (fls. 714-715, e-STJ):

Requisitos da ação monitória.

O autor instruiu a petição inicial com o instrumento contratual e o demonstrativo do débito, conforme o entendimento consolidado na Súmula nº 247 do STJ (fls. 6/17v).

Verifica-se que o demonstrativo indica a evolução do débito a partir de 31 de outubro de 2008, momento em que o crédito foi disponibilizado em conta corrente, apontando os valores amortizados, o IOF e os demais encargos cobrados, até a propositura desta demanda (fls. 15/17).

Além disso, as cláusulas sétima e oitava do contrato indicam as taxas de juros remuneratórios mensal e anual, bem como os encargos financeiros incidentes em caso de inadimplemento (fls. 7/8).

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal no sentido de se reconhecer a insuficiência dos documentos apresentados para a instrução da ação monitória, demandaria que tal premissa fosse derrubada. Para tanto, todavia, seria necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. ARRENDAMENTO MERCANTIL. ATENDIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. SÚMULA 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURADA. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO. NÃO OCORRÊNCIA. PAGAMENTO DEVIDO. HONORÁRIOS. REDUÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A questão inserta no artigo 422 do Código Civil, não foi objeto de debate no acórdão impugnado, não obstante a oposição dos embargos de declaração na origem. Desatendido o requisito do prequestionamento, incide a Súmula 211/STJ.

2. Em se tratando de pretensão de natureza pessoal, incide o prazo prescricional decenal do art. 205 do Código Civil/2002. Precedentes.

3. **A modificação da conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias, de que a ação monitória foi devidamente instruída com todos os documentos necessários à sua formação, encontra óbice na**

Superior Tribunal de Justiça

Súmula 7/STJ, por demandar o vedado revolvimento de matéria fático-probatória.

4. Em relação à majoração dos honorários advocatícios, a alteração da conclusão do Tribunal de origem dependa da análise do conjunto fático - probatório dos autos, sendo inviável a pretensão recursal em razão da Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1434145/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)[grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ART. 1.022 DO CPC. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. **AÇÃO MONITÓRIA. DOCUMENTOS. SUFICIÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.**

1. O acórdão recorrido analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, não se configurando omissão, contradição ou negativa de prestação jurisdicional.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1307612/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 19/11/2018)[grifou-se]

Logo, inviável o acolhimento do pleito, também em relação à presente questão.

2. No que diz com a pretensa aplicação do CDC, não se afigura admissível o recurso especial.

Consoante a jurisprudência deste Tribunal superior, baseada na teoria finalista, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor a relações estabelecidas entre pessoas jurídicas é possível nas hipóteses em que a empresa é destinatária final do produto ou serviço, não o utilizando como insumo de produção e, ainda, caso verificada extrema vulnerabilidade da pessoa contratante.

Nesse sentido, citam-se precedentes:

RECURSO ESPECIAL. CONEXÃO COM RESP. 1.190.525/SP. ART. 535 DO CPC/1973. NÃO VIOLADO. RELAÇÃO DE CONSUMO E RELAÇÃO DE INSUMO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. NATUREZA DE INSUMO. UTILIZAÇÃO DA ANALOGIA. DESNECESSIDADE. NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO CESSIONÁRIO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ.

[...]

3. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza, como destinatário final, produto ou serviço oriundo de um fornecedor. Por sua vez, destinatário final, segundo a teoria subjetiva ou finalista, adotada pela Segunda Seção desta Corte Superior, é aquele que ultima a atividade econômica, ou seja, que retira de

circulação do mercado o bem ou o serviço para consumi-lo, suprindo uma necessidade ou satisfação própria, não havendo, portanto, a reutilização ou o reingresso dele no processo produtivo.

Logo, a relação de consumo (consumidor final) não pode ser confundida com relação de insumo (consumidor intermediário).

Inaplicabilidade das regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor.

[...]

10. Recursos especiais não providos.

(REsp 1599042/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 09/05/2017)[grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DEVOLUÇÃO INDEVIDA DE CHEQUES POR FALTA DE PROVISÃO DE FUNDOS. CARTULA EMITIDA POR PESSOA JURÍDICA. INCIDÊNCIA DO CDC. DANOS MATERIAIS. DANOS MORAIS POR RICOCHETE PLEITEADOS PELA SÓCIA DA EMPRESA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Tendo o Tribunal de origem afirmado que os serviços bancários foram contratados para fomentar a atividade empresarial da sociedade recorrente, não é possível afirmar que havia relação de consumo, para efeito de incidência do CDC, sem revidar fatos e provas.

Incidência da Súmula n. 7/STJ.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 768.834/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 16/05/2016)[grifou-se]

Segundo os autos, a Corte de origem manteve a sentença que, nos autos da ação monitória promovida pelo banco agravado contra o agravante, julgou procedentes os pedidos formulados na inicial.

Essencialmente, quanto à aplicação da legislação consumerista, o Tribunal *a quo* afastou-a, por entender que a empresa contratante não se utilizou dos serviços da instituição financeira como destinatária final, pois "firmou o contrato com a finalidade de obter empréstimo para incrementar suas atividades comerciais" (fl. 713, e-STJ).

Assim, a revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pelo recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias acerca da não configuração da relação consumerista, medida impossível pela via estreita do recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

3. Por fim, sustenta o recorrente a infringência ao art. 819 do CC, sob a alegação de que, em se tratando de instituto que comporta interpretação restritiva, dever ser reconhecida a nulidade da cláusula contratual que estabeleceu a prorrogação automática da fiança juntamente com a do contrato principal.

Nos termos da jurisprudência dessa Corte, é válida a cláusula que estabelece a prorrogação automática da fiança juntamente com a do contrato principal, cabendo ao fiador,

ao almejar a sua exoneração, realizar, no período de prorrogação contratual, a notificação prevista no art. 835 do Código Civil.

Dessa forma, ausentes as formalidades necessárias para a exoneração da fiança prestada, não há extinção da garantia prestada pelos fiadores nas hipóteses de prorrogação automática do contrato principal, desde que haja cláusula expressa que também preveja a renovação da fiança para além do período originariamente contratado.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE FIANÇA. CONTRATO BANCÁRIO. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA. LEGALIDADE. POTESTATIVIDADE DA CLÁUSULA DE RENÚNCIA DO DIREITO DE EXONERAÇÃO APÓS A INDETERMINAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO DE GARANTIA. EXONERAÇÃO CONTADA DO TÉRMINO DO PRAZO DE SESSENTA DIAS INICIADO COM A CITAÇÃO DO DEMANDADO. DISSÍDIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO.

1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de ser válida a cláusula que estabelece a prorrogação automática da fiança juntamente com a do contrato principal, cabendo ao fiador, ao almejar a sua exoneração, realizar, no período de prorrogação contratual, a notificação prevista no art. 835 do Código Civil.

2. A cláusula contratual de renúncia do direito de exoneração não tem eficácia após a prorrogação do contrato de fiança, sendo inadmissível a pretensão de vinculação dos fiadores por prazo indeterminado.

3. A desobrigação nascida do pedido de exoneração, todavia, não decorre da mera indeterminação do contrato de fiança, como sugerido pelo autor, mas tem eficácia a partir do término do prazo de sessenta (60) dias contado da notificação ou da citação do réu na ação de exoneração.

4. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1673383/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 19/06/2019)

RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. FIANÇA. PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA. CLÁUSULA EXPRESSA. LEGALIDADE. PRETENSÃO DE EXONERAÇÃO DA FIANÇA. INVIABILIDADE.

1. Ação ajuizada em 24/09/2012. Recurso especial 22/07/2014 e atribuído a este gabinete em 25/08/2016.

2. A jurisprudência deste STJ afirma a validade da cláusula que estabelece a prorrogação automática da fiança com a renovação do contrato principal, cabendo ao fiador, acaso intente sua exoneração, efetuar, no período de prorrogação contratual, a notificação de que reza o art. 835 do Código Civil.

3. Não há falar em nulidade da disposição contratual que prevê prorrogação da fiança, pois não admitir interpretação extensiva significa tão somente que o fiador responde, precisamente, por aquilo que declarou no instrumento da fiança.

4. Recurso especial a que se nega provimento.

(REsp 1502417/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 26/05/2017)

Superior Tribunal de Justiça

Deste último julgado, registre-se, por oportuno, trecho do voto da eminente Relatora Ministra Nancy Andrichi nos seguintes termos (grifos nossos):

(...) nas hipóteses de expressa previsão de prorrogação da fiança em conjunto com o contrato principal, não se estaria ampliando, por meio de interpretação extensiva, o escopo do afiançado, pois os fiadores permanecem vinculados aos exatos termos do que foi celebrado originariamente. Essa interpretação encontra respaldo na doutrina, a qual afirma:

A fiança não admite interpretação extensiva embora possa ser concebida em termos gerais e ilimitada (...). [...] **Não admitir interpretação extensiva quer dizer que o fiador não responde, senão, precisamente, por aquilo que declarou no instrumento da fiança.** Em caso de dúvida a interpretação será a favor do que presta a fiança. A fiança dada ao capital não se estende aos juros; dada para uma parte da dívida, não se amplia ao resto; dada pelo aluguel de um prédio, não compreende a responsabilidade do inquilino, em caso de incêndio. (ÁLVARO VILLAÇA AZEVEDO (Coord.). **Código civil comentado.** São Paulo: Atlas, vol. IX, 2004, p. 20)

Na hipótese dos autos, percebe-se a existência de cláusula expressa no sentido de prorrogar a duração da fiança em conjunto com o contrato principal, *in verbis* (e-STJ fls. 26-28 - grifou-se)

Mesmo que essa alegação pudesse ser apreciada, seria incabível a requerida limitação da responsabilidade dos fiadores porque **a cláusula vigésima sexta do contrato de abertura de crédito prevê a possibilidade de prorrogação da fiança (fls. 10):**

VIGÉSIMA SEXTA — FIANÇA [...1 solidariamente se responsabiliza (m) pelo cumprimento - de todas as obrigações assumidas pelo (a) FINANCIADO (A) neste Instrumento, quer no primeiro periodo de vigencia, quer nas prorrogacoes que se realizarem, conforme previsto na Clausula "RENOVACAO DO CONTRATO".

Além disso, não há nos autos nenhum indício de que os fiadores hajam notificado a recorrida para a exoneração da fiança, nos termos do CC/02, o que poderia ter sido livremente feito pelo recorrente.

Estando assim o acórdão impugnado em consonância com o entendimento firmado por esta Corte Superior, de rigor a sua manutenção.

4. Do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

